

Os custos **ocultos** do seu negócio

Índice

01	O paradoxo do controlo financeiro	03
02	Os desafios atuais	05
03	Os custos que não aparecem no relatório	06
04	O impacto real	09
05	Como a tecnologia resolve	11

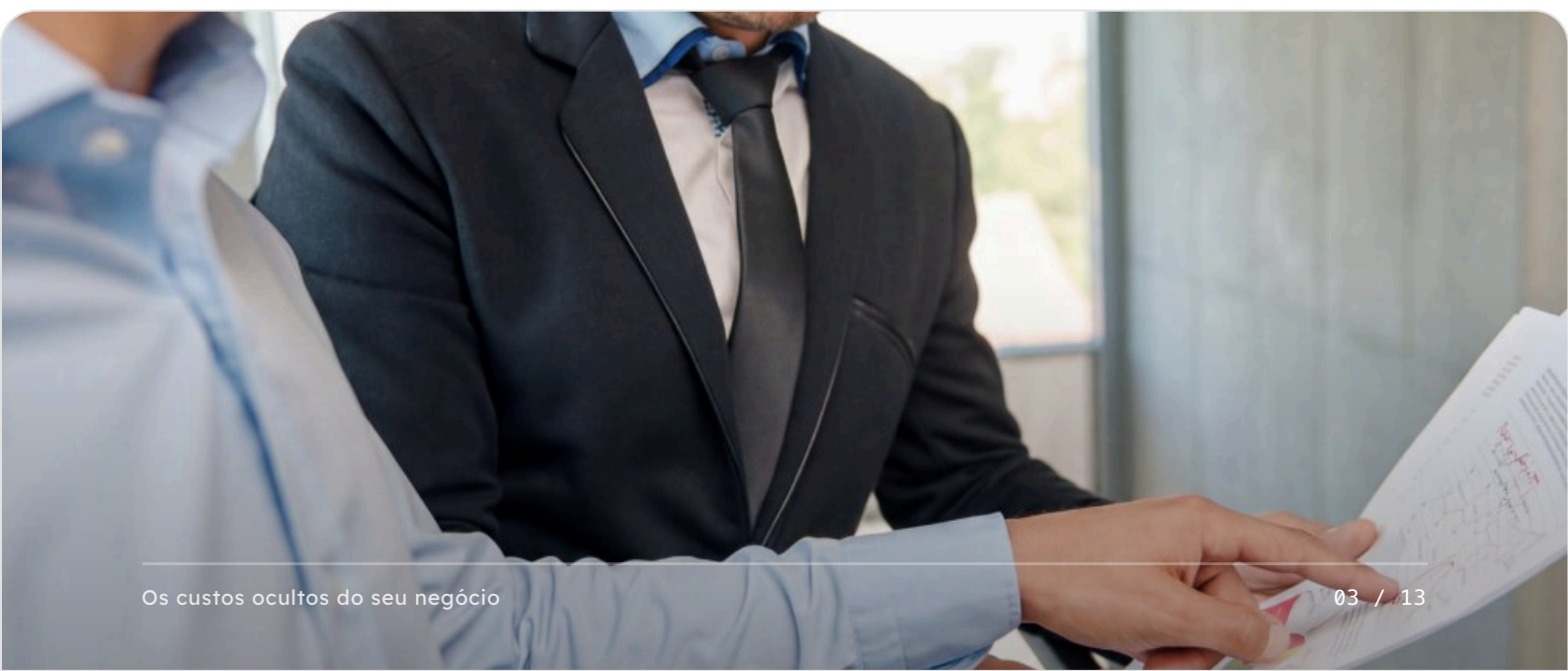
1

O paradoxo do controlo financeiro

A tecnologia transformou a gestão financeira na última década. Os ERPs evoluíram para centralizar toda a informação contabilística e de recursos humanos, dando aos CFOs uma visão mais completa da empresa do que alguma vez tiveram.

Mas há um problema na base desta visão: **a origem dos dados.**

Em muitas organizações, a informação que alimenta esses ERPs continua a ser uma folha de Excel, ou melhor, várias folhas de Excel, preenchida manualmente, validada célula a célula, corrigida sheet a sheet no final de cada mês. Estamos a centralizar dados, mas estamos a centralizar dados que chegam incorretos à origem.



O problema não é a falta de dados. É a forma como esses dados são capturados, validados e processados. E isso acontece, normalmente, por três razões:

01

Erro humano

No momento em que a despesa é gerada ou submetida: **um NIF cortado, uma categoria errada, um recibo duplicado sem intenção.**

02

Processos manuais desatualizados

Sobrecarregam as equipas financeiras com volume suficiente para tornar impossível a verificação rigorosa de cada recibo, campo a campo, face às políticas da empresa.

03

Ferramentas desconectadas

Não incorporaram as tecnologias disponíveis para dar suporte real à decisão e continuam a **delegar na equipa financeira o trabalho que devia ser automático.**

O resultado é um paradoxo:
o CFO tem hoje mais informação do que nunca para defender o seu P&L.

Mas o rigor de parte dessa informação está, **silenciosamente, em causa.**

2

Os desafios atuais

Quer a empresa tenha 20 ou 200 colaboradores, o fluxo é praticamente universal: o colaborador submete, o gestor aprova, o financeiro processa. A ferramenta pode mudar. O processo, raramente. Este modelo parte de dois pressupostos estruturais que raramente são questionados.

1

Assume a boa fé universal, o que, em escala, é uma aposta estatisticamente perdida.

2

Assume que os aprovadores têm contexto para detetar anomalias em cada despesa, de cada colaborador, em cada mês.

O problema é agravado por três fatores

Volume

Uma empresa com 200 colaboradores em campo pode ter centenas de despesas por mês. Nenhum gestor consegue rever cada uma com atenção real.

Dispersão

Viagens, refeições, combustível, deslocações internacionais. Cada categoria tem as suas regras, moedas, taxas de câmbio e limites fiscais.

Pressão de tempo

Os colaboradores querem reembolso rápido. Os gestores têm outras prioridades. O resultado é aprovação por volume, não por análise.

A escolha que muitas empresas fazem sem perceber

O crescimento acentua tudo isto e expõe uma escolha que muitas empresas fazem sem perceber que a estão a fazer: criam mais regras para tentar controlar mais, em vez de adotarem ferramentas para controlar melhor.

3

Os custos que não aparecem no relatório

Cinco custos que nenhum relatório mostra



Dedutibilidade fiscal perdida

Uma despesa com NIF incorreto ou ausente não é dedutível. O erro raramente é intencional - quantas vezes não viu um colega recorrer às notas do telemóvel para tentar lembrar-se do NIF da empresa? É um erro inocente, que não é, de todo, o foco do gestor direto - o primeiro filtro de toda a cadeia de aprovação.

Espera-se, por isso, que seja travado na validação contabilística, mas pense no que significa. Quando chega a esse ponto, mandar para trás significa adiar o reembolso mais um mês, várias trocas de mensagens com o colaborador, e uma despesa substituta que já não é a despesa original, o que acaba contaminando o rigor do processo precisamente quando se tenta corrigi-lo.

O custo vai além da perda do IVA. Tente contabilizar o tempo de todos os envolvidos.



Despesas duplicadas

Acontece mais do que as empresas admitem. O mesmo jantar submetido por dois colegas que foram juntos. A mesma fatura de hotel carregada duas vezes com datas ligeiramente diferentes. O passe social que entrou no início e no fim do mês.

Sem cruzamento automático entre submissões, é humanamente impossível ter este controlo, e as despesas acabam por ser aprovadas e reembolsadas duas vezes.



Distâncias e valores inflacionados

A edição do número de quilómetros para incrementar o reembolso é uma prática comum e raramente questionada, tanto na sua origem como no seu impacto. Há até uma racionalização silenciosa que a sustenta: questionar custa mais do que aprovar. O tempo envolvido na análise provavelmente excede o valor extra em causa.

E não é uma racionalização errada. Rever percurso a percurso, em dezenas de folhas com dezenas de linhas cada uma, para encontrar uma diferença de alguns cêntimos não vale a pena. O aprovador tem razão.

O problema é a escala. Alguns cêntimos por despesa, multiplicados por centenas de deslocações, ao longo de meses ou anos, deixam de ser ruído e tornam-se uma linha de custo real que nunca apareceu em nenhum relatório.



Conformidade de política não verificada

À medida que as empresas crescem, a resposta instintiva é adicionar mais regras à política de despesas: proibir bebidas alcoólicas em refeições de representação, limitar despesas ao fim de semana, rejeitar recibos com mais de 90 dias.

As regras aumentam. O processo de validação mantém-se. Espera-se simplesmente mais das mesmas pessoas, com as mesmas ferramentas.

O resultado é previsível: aprovação por defeito - não por má intenção, mas por impossibilidade operacional de verificar sistematicamente o que foi definido em papel.



Fraude, o custo que ninguém quer nomear

Com a proliferação de ferramentas de geração de imagem por IA, criar um recibo convincente deixou de exigir qualquer competência técnica. Nenhuma empresa quer duvidar dos seus colaboradores, contudo não deve atuar apenas após detectar a primeira deteção - se é que o seu processo atual conseguiria detetá-lo.

Um aprovador humano olha para um recibo e não consegue confirmar se a transação existiu e foi registada na Autoridade Tributária. Não por falta de atenção, por falta de ferramentas.

4 O impacto real

O custo financeiro direto é mensurável. Mas há um segundo impacto que raramente é quantificado: o custo de não saber.

O custo de não saber

Uma empresa sem visibilidade sobre as suas anomalias de despesa não consegue melhorar o processo, identificar padrões de risco nem apresentar dados fiáveis numa auditoria. A exposição é estrutural.

O impacto cultural

Quando os colaboradores percebem que o processo não tem controlo real, o comportamento muda gradualmente. Os gestores que aprovam por pressão de tempo tornam-se cúmplices involuntários.

E depois há o custo que está à vista de todos e que ninguém questiona. Em muitas empresas, o fecho mensal de despesas consome **um colaborador a tempo inteiro durante uma semana, 12 vezes por ano.**

≈ 3 meses

de trabalho por ano dedicados exclusivamente a **reconciliar, corrigir e processar** o que o processo não conseguiu capturar automaticamente.



Um em cada cinco euros falha as políticas da sua empresa

Numa análise de despesas processadas no espaço de 12 meses, num universo de **€5,3M em pedidos submetidos**, identificámos:

15.000

recibos com indícios de invalidade face às políticas da empresa

+350.000 €

10.000

despesas nacionais com NIF incorreto ou ausente

+600.000 €

12,5%

das deslocações com ajustes manuais de distância, sempre superiores ao sugerido

+95.000 €

5.000+

despesas duplicadas detetadas

+80.000 €

NUM ÚNICO ANO

+€1,1M

1/5

Um em cada cinco euros submetidos.

Despesas em inconformidade, num universo de €5,3M submetidos

5

Como a tecnologia resolve

As empresas começaram a recorrer a novas tecnologias de OCR (Reconhecimento Ótico de Caracteres) e de IA, conseguindo eliminar algumas manualidades. **O impacto é real e quase imediato, mas parcial** - lê os recibos, preenche campos, poupa tempo de introdução manual, mas não controla.

O controlo não vem da leitura, mas da validação: que o NIF corresponde a uma entidade registada, que o recibo não é duplicado ou gerado por IA, entre outras políticas da empresa.

A adição de ferramentas que não assegurem uma cobertura do processo de ponta a ponta só irá prejudicar um ecossistema que é já fragmentado. É mais um software a integrar, mais um ponto de falha, mais uma fonte de dados que não comunica diretamente com o ERP.

Os erros continuam a existir, só ficam mais difíceis de identificar.

A automação que verdadeiramente muda o processo é a que atua no momento certo: na origem, antes de o erro se propagar.

- **Deteção de duplicados** no momento da submissão, antes da aprovação.
- **Validação de NIF em tempo real**, garantindo a dedutibilidade fiscal.
- **Alertas automáticos** por desvio de política, no momento certo.

Além destes, a adaptação ao contexto de cada empresa, assegurando uma correta classificação contabilística e uma mais fácil e suave integração com o seu ERP. Qualquer processo que esteja a fazer manualmente entre a submissão da despesa e a sua visão no fecho do mês refletirá um problema de arquitetura. Deverá repensar a sua estratégia de digitalização.

PARE DE PAGAR PELO QUE NÃO CONSEGUE VER

Descubra quanto está realmente em risco no seu processo de despesas

Num em cada cinco euros submetidos há erro, duplicação ou desvio de política. Numa demonstração mostramos-lhe como a Paynest deteta estes problemas e integra diretamente no seu ERP.

[Marcar demonstração →](#)

